



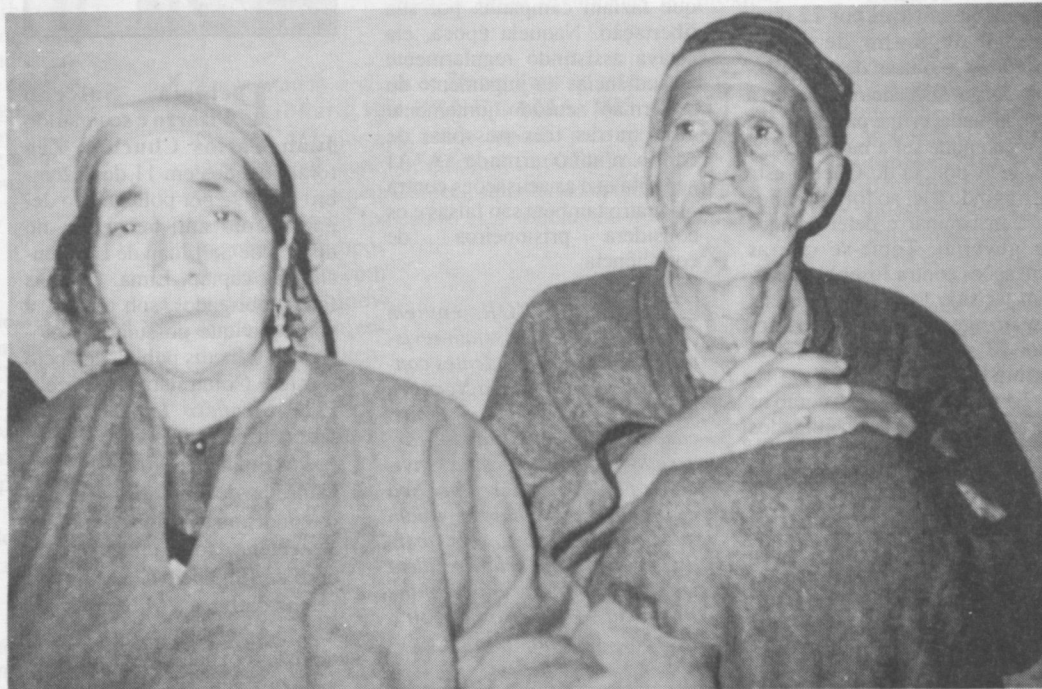
Anistia INTERNACIONAL

Março de 1995 - Ano 25 - Nº 3

NOTÍCIAS

Na foto, os pais de Muzafar Ahmed Mirza, um professor com 20 anos de idade, detido pelas forças de segurança de Jammu e Cachemira em outubro de 1991. Ele morreu um mês depois, devido a uma grave septicemia causada pela tortura. O Supremo Tribunal de Justiça de Jammu e Cachemira ordenou uma investigação sobre o caso, mas tudo indica que a mesma não foi realizada.

(c) Ghulam Nabi Khayal



Índia

TORTURA E MORTE NAS PRISÕES

Centenas, possivelmente milhares de pessoas, a maioria jovens, já morreram nas prisões do estado indiano de Jammu e Cachemira desde a eclosão, em 1989, de conflitos armados entre o exército e grupos separatistas.

A Anistia tem informações precisas sobre 715 presos que, nos últimos cinco anos, teriam sido torturados até a morte ou simplesmente assassinados a tiros. O número total, contudo, deve ser muito maior. Em março de 1993, a *Hora da Índia* referiu-se às mortes ocorridas nas prisões de Jammu e Cachemira como "fenômenos quase que diários".

As detenções geralmente acontecem durante operações contra-insurgentes. Quando as forças do governo invadem uma cidade ou povoado, reúnem centenas de homens e mulheres e prendem qualquer pessoa tida como suspeita de apoiar a oposição armada.

A família da pessoa detida raramente é informada do motivo e do local da detenção. Ao que tudo indica, a tortura é uma rotina e muitos presos são mutilados. Ghulam Mohammad Bhat, um ancião de Sopore, detido pelo exército, necessitou amputar ambos os pés depois

de ter ficado pendurado de cabeça para baixo durante seis dias.

O corpo de Abdul Jabbar Mir, um professor com 50 anos de idade, foi entregue pelo exército, em julho de 1993, à polícia de Baramulla. Ele havia sido preso no dia anterior. Policiais informaram que "todo o seu corpo, da cabeça aos pés, apresentava sinais de tortura". O médico responsável pela autópsia concluiu que "o morto foi submetido a muitas torturas."

O caso de Abdul Jabbar Mir assemelha-se ao de centenas de outras pessoas: o exército alega que "atirou por que o detido estava tentando fugir" e ninguém é responsabilizado pelo crime. Excepcionalmente, nesse episódio a própria polícia admitiu que a tortura foi a causa da morte, fato confirmado pela autópsia.

Nos primeiros anos do conflito, as forças de segurança se esforçavam para encobrir as mortes ocorridas sob custódia. Os corpos desfigurados das vítimas eram jogados em estradas ou em leitos de rios, ou eram entregues sem qualquer explicação à polícia ou a familiares. Recentemente, as autoridades tem tentado encobrir esses assassinatos dizendo que as mortes resultam de "encontros" violentos entre os rebeldes e as tropas do go-

verno. Provas nesse sentido, contudo, raramente são apresentadas; além disso, em muitos casos a própria polícia confirma que as vítimas morreram na prisão.

O governo indiano nega veementemente que a prática da tortura seja comum nas prisões. Não obstante, Krishna Rao, governador de Jammu e Cachemira, admite publicamente que trata-se de uma prática corriqueira. "Me dói sinceramente", disse ele ao jornal *India Today*, "que a tortura acabe em morte... Eu tenho dito às forças de segurança para tomar mais cuidado".

O governo promete que as denúncias de tortura e morte serão esclarecidas. Porém, as investigações são raras e até agora nenhum membro das forças de segurança foi processado por ter assassinado um preso. Em alguns casos, leis especiais chegaram a ser editadas para conceder imunidades aos militares.

Os grupos armados de oposição também cometem muitos abusos contra os direitos humanos, como seqüestros, torturas e assassinatos de civis indefesos. A AI condena, sem exceções, tais violações dos direitos humanos, e vem pedindo insistentemente aos grupos opositores que libertem os reféns e respeitem os princípios do direito humanitário internacional.

Nesta Edição

Apelos
Mundiais 2

Irã, Peru e Quênia

Em destaque 3

A violência contra as
mulheres

Noticiário da
SBAI 7

Tem início a divulgação
das
notícias da seção
brasileira

apelos mundiais

QUÊNIA

Josephine Nyawira Ngengi, integrante de um grupo não-violento que luta pela libertação de prisioneiros políticos, foi aprisionada em 8 de maio de 1994, em Nakuru, 150 Km a noroeste de Nairobi. Ela foi detida ilegalmente e mantida incomunicável por 22 dias. Em 10 de junho de 1994, Josephine e outras dezoito pessoas foram acusadas de assalto a mão armada, crime para o qual a punição pode ser a morte.

A polícia do Quênia está infringindo a lei ao forjar roubos para incriminar e deter críticos do governo. Teme-se que as acusações contra Josephine possam ter sido forjadas e que ela, juntamente com alguns dos outros 18 presos, estejam sendo torturados.

Josephine, assim como os demais réus, já foram julgados duas vezes em 1994: em Nakuru, em agosto e em Nyeri, situada 100 Km a leste de Nakuru, em dezembro. Nas duas ocasiões, o caso foi encerrado pela acusação. Apesar disso, ela foi novamente detida e acusada dos mesmos crimes. Atualmente, Josephine aguarda julgamento

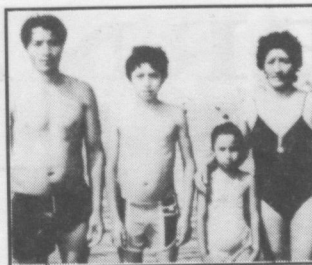
em Nyahururu, localizada 60 Km a nordeste de Nakuru, juntamente com outros 14 réus. Todos negam as acusações.

Em 1992, Josephine participou de uma greve de fome promovida por mulheres amigas e familiares de presos políticos, que faziam campanha por sua libertação. Naquela época, ela estava assistindo regularmente às audiências do julgamento do seu irmão, acusado, juntamente com outras três pessoas, de roubo a mão armada. A AI acredita que as acusações contra os quatro também são falsas e os considera prisioneiros de consciência.



POR FAVOR, enviem apelos pedindo que sejam revistas as acusações pendentes contra Josephine Nyawira Ngengi e os outros dezoito réus e que, caso eles tenham sido encarcerados apenas por suas atividades pacíficas na área política e dos direitos humanos, sejam imediatamente postos em liberdade. Escrevam para: President Daniel arap Moi - Office of the President - P O Box 30510 - Nairobi - Quênia.

PERU



Juan Carlos Chuchón Zea e Pelagia Salcedo Pizarro com seus dois filhos.

Pelagia Salcedo Pizarro

e seu marido Juan Carlos Chuchón Zea foram detidos em 11 de dezembro de 1992 por policiais do departamento anti-terrorista, no distrito de San Juan de Lurigancho, na capital, Lima. Os dois foram obrigados, sob tortura, a confessar que possuíam explosivos e folhetos publicados pelo Partido Comunista do Peru - PCP (Sendero Luminoso), o grupo armado de oposição.

Em fevereiro de 1993, o Conselho de Guerra da Marinha os condenou a 30 anos de prisão. A sentença foi confirmada em abril de 1993 pelo Conselho Supremo da Justiça Militar.

A polícia passou a suspeitar deles em decorrência da amizade que mantinham com Celso Chavelón Najarro, o qual - fato ignorado pelo casal - faria parte do Partido Comunista do Peru e estaria sob vigilância policial. Não há provas que Pelagia Salcedo e Juan Carlos possuam alguma ligação com o PCP ou que tenham utilizado ou advogado o uso da violência. Como a acusação demonstra ter sido feita por razões políticas, a AI acredita que os dois sejam prisioneiros de consciência.

Ironicamente, o PCP tentou assassiná-los em 1982, em virtude da oposição que ambos faziam ao grupo. Com medo de serem mortos, eles decidiram mudar-se de Lima para uma casa que possuíam no planalto andino. Na capital, Pelagia Salcedo trabalhava como comerciante e Juan Carlos como construtor.



POR FAVOR, enviem apelos pedindo a imediata e incondicional libertação de Pelagia Salcedo Pizarro e Juan Carlos Chuchón Zea. Escrevam para: Presidente Alberto Fujimori - Presidente de la República del Perú - Palacio de Gobierno - Plaza de Armas - Lima 1 - Perú.

APELOS

Um apelo seu dirigido às autoridades dos países repressores pode ajudar as vítimas de graves violações dos direitos humanos, cujas histórias são contadas nesta página.

Você pode ajudar a libertar um prisioneiro de consciência ou fazer cessar torturas que estejam sendo infligidas a alguém. Sua mensagem pode fazer com que uma vítima de "desaparecimento" reapareça. Você pode evitar a execução de uma pessoa. As vítimas são muitas, as violações bastante amplas e variadas. Seu apelo é importante!

IRÃ

Azizollah Amir Rahimi, um general reformado, com 73 anos de idade, ex-comandante da Polícia Militar, foi detido em Teerã, em 31 de outubro de 1994, e libertado no dia seguinte depois de interrogado. Ele voltou a ser detido em 3 de novembro e, ao que parece, foi torturado por agentes da polícia secreta. Seu filho, Mehrdad Amir Rahimi, foi aprisionado em 8 de novembro de 1994, após protestar contra a prisão de seu pai e conceder entrevistas a jornalistas estrangeiros. Ambos são considerados prisioneiros de consciência.

Há pouco tempo, Azizollah Amir Rahimi pediu publicamente que o presidente Ali Akbar Hashemi Rafsanjani se afastasse do governo ou que introduzisse reformas democráticas no país, acabando imediatamente com o "regime de censura e delação e o império dos mullahs". Muitas pessoas vêm sendo presas no Irã com base em acusações forjadas, de-

pois de criticarem publicamente o governo.

Em 7 de novembro, a agência de notícias iraniana informou que o setor de relações públicas da Justiça Militar afirmou que o general, que estava detido no Hospital da Força Aérea, em Teerã, tinha "confessado durante seu interrogatório que usava ópio devido a problemas neurológicos". A AI teme que tal "confissão" possa ter sido obtida mediante tortura.

Azizollah Amir Rahimi foi visitado por sua família, em novembro, no Hospital da Força Aérea. Depois desse encontro, ele foi transferido para um local desconhecido. Atualmente, o paradeiro de Azizollah Amir Rahimi e do seu filho são ignorados.



POR FAVOR, enviem apelos pedindo a imediata e incondicional libertação do general reformado Azizollah Amir Rahimi e do seu filho, Mehrdad Amir Rahimi. Escrevam para: His Excellency Hojjatoleslam Ali Akbar Hashemi Rafsanjani - The Presidency - Palestine Avenue - Azerbaijan Intersection -

INTERNACIONAL
EM DESTAQUE
ANISTIA

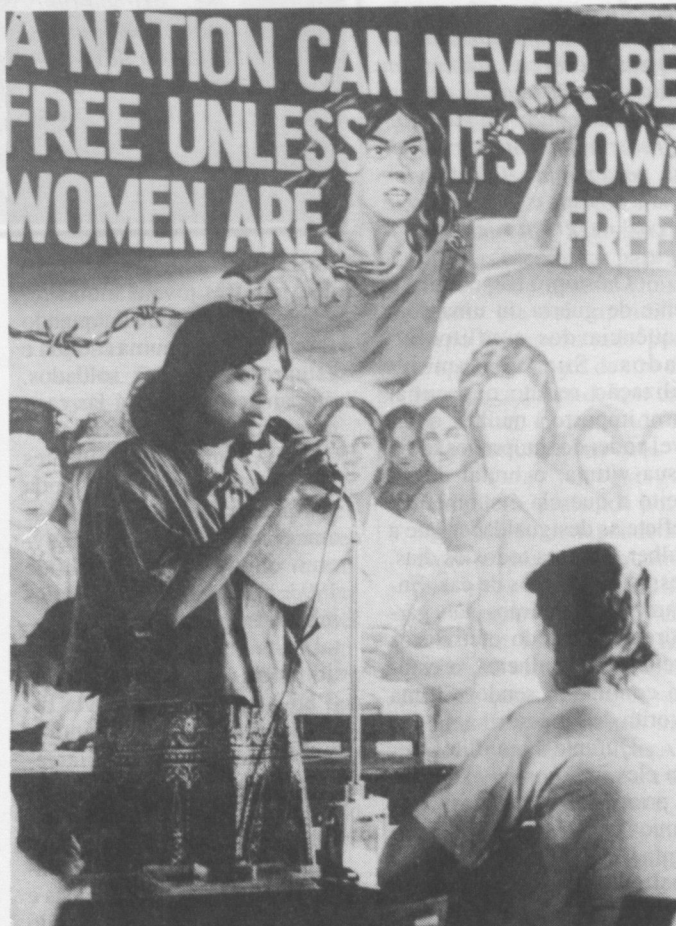
EM DESTAQUE

Para milhões de mulheres, a década de noventa significou o terror, privações e uma impreterível luta pela justiça. O que une internacionalmente as mulheres - independente de classe, raça, cultura, religião, nacionalidade ou origem étnica - é a vulnerabilidade dos seus direitos fundamentais e o seu esforço e dedicação na luta por esses direitos.

A comunidade internacional não apenas tem se mostrado incapaz de garantir os direitos sociais, econômicos e culturais das mulheres (o direito das mulheres à igualdade, desenvolvimento e paz é o tema da próxima Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, a ser realizada em Pequim), como também vêm mostrando desinteresse em prevenir - em muitos casos chega a sancionar - as violações dos direitos civis e políticos das mulheres, incluindo o direito de não serem torturadas, assassinadas, "desaparecidas" ou presas arbitrariamente.

A responsabilidade pelos abusos cometidos contra as mulheres ultrapassa a dos governos e alcança os grupos armados de oposição. No contexto do crescente número de conflitos nacionalistas, separatistas e étnicos, que ameaçam todas as regiões do planeta, tais grupos estão adotando políticas repressivas e terroristas para alcançar seus objetivos.

A Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, pede a "aplicação universal às mulheres dos princípios e direitos que todo ser humano possui, como o direito à igualdade, segurança, liberdade, integridade e dignidade." Ainda assim, a universalidade dos direitos humanos tem sido abalada por governos que consideram que tais direitos devem estar subordinados à segurança nacional, estratégia econômica ou tradições locais. Os governos inclinam-se a ter uma visão



Reunião de uma associação de mulheres denominada Gabriella, nas Filipinas. O trabalho das organizações não-governamentais de mulheres deveria ser reconhecido pela importante contribuição que dão aos direitos humanos.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

cada vez mais restritiva dos direitos humanos da mulher.

Em muitos países, mulheres que lutam por seus direitos são torturadas, aprisionadas ou mortas. Mesmo assim, durante as últimas duas décadas organizações de mulheres continuaram surgindo mundo a fora. Umas trabalham em nome dos seus parentes "desaparecidos"; outras buscam justiça para aquelas que não têm representação legal; algumas lutam contra a tortura e a violência doméstica; várias defendem igual tratamento no trabalho, ou acesso a terras e ao crédito; muitas se esforçam para ter liberdade de opção.

Esta demonstração de compromisso, criatividade e

coragem tem se defrontado, muito freqüentemente, com uma muralha de indiferença e repressão. Poucos governos reconhecem o trabalho realizado pelas associações que defendem os direitos da mulher como um legítimo exercício dos direitos civis e políticos fundamentais. Mas são organizações como estas que fazem parceria conosco na luta mundial para a proteção dos direitos da mulher.

A MULHER E A GUERRA

Há meio século atrás, a prática do estupro na guerra foi duramente condenada pela Convenção de Genebra, que



declarou: "A mulher deve ser especialmente protegida... contra o estupro, a prostituição forçada e quaisquer outras formas de agressão moral." O estupro pode ter sido condenado pelas leis internacionais, porém as mulheres continuam sendo aterrorizadas, degradadas e violentadas em todos os conflitos em curso no mundo.

As mulheres são violentadas porque seus corpos são vistos como legítimos espólios de guerra. O estupro por combatentes é um ato de tortura, sendo claramente proibido pelas leis de guerra e pelas normas humanitárias internacionais. No entanto, poucos governos ou grupos armados de oposição têm feito algo para prevenir estupros durante os conflitos.

As facções que lutam na Bósnia-Herzegovina têm cometido inúmeros estupros. As mulheres são estupradas em suas casas por soldados das suas próprias cidades e por tropas em movimento. Mulheres aprisioneadas são violentadas por militares e por guardas nos centros de detenção. Muitos estupros são previamente organizados: as mulheres são aprisionadas em hotéis ou em outros locais específicos para facilitar o acesso dos combatentes a elas.

Ainda que combatentes de ambos os lados participem dessas violações, a maioria das vítimas são mulheres muçulmanas raptadas por soldados sérvios e por integrantes de

forças irregulares que os apóiam. O abuso sexual contra a mulher faz parte de um programa de intimidação de muçulmanos e croatas, o qual tem feito com que milhares de pessoas fujam ou sejam expulsas das suas casas. O Relator das Nações Unidas, que está na área do conflito, na antiga Iugoslávia, fez o seguinte relato: "...o estupro vêm sendo usado como instrumento de limpeza étnica... Existem notícias confirmadas de estupros cometidos em público - defronte a comunidades inteiras, por exemplo -, destinados a aterrorizar a população e forçar os grupos étnicos a fugir".

O estupro não é um acidente de guerra ou uma consequência dos conflitos armados. Sua costumeira utilização reflete o peculiar terror imposto à mulher, o terrível poder do estuprador sobre a sua vítima, o brutal desrespeito a que ela é submetida. Reflete as desigualdades que a mulher enfrenta todos os dias, mesmo em tempos de paz. Enquanto os governos não garantirem, de modo efetivo, os direitos das mulheres, o estupro continuará sendo a arma favorita do agressor.

Durante os conflitos, sejam eles internos ou externos, as prioridades militares relegam os direitos dos civis a um segundo plano. Na Primeira Guerra Mundial, apenas 5% das vítimas eram civis; na Segunda Grande Guerra, essa percentagem subiu para 50%; já nos conflitos atuais, cerca de 80% das vítimas são civis, a maioria mulheres e crianças.

As forças governamentais normalmente opõem-se aos movimentos apoiados por grupos étnicos que foram excluídos do poder e não têm acesso a recursos. E, nas operações de contra-insurgência desencadeadas contra esses grupos, as mulheres são perseguidas somente por pertencerem à mesma etnia.

Em janeiro de 1994, um movimento armado de índios camponeses assumiu o controle de diversas cidades do sul do México, exigindo direito a terras e reformas eleitorais. Depois de vários dias de duras lutas, eles voltaram para as montanhas. Desde então, os povos indígenas estão sendo seguidamente ameaçados e atacados pelo exército mexicano.

Em junho do ano passado, no estado de Chiapas, lo-

Mulheres de um povoado em Kosovo, visitam um homem que foi espancado pela polícia sérvia. As minorias étnicas e grupos sociais menos privilegiados economicamente continuam a ser vítimas da violência oficial em todo o mundo.



calizado no sudeste do México, três jovens índias retornavam para sua vila quando foram atacadas numa estrada e estupradas por dez soldados, que ameaçaram matá-las caso contassem algo.

As mulheres residentes nas províncias do sudeste da Turquia também encontram-se ameaçadas. Desde que o governo anunciou, em julho de 1993, que as Forças Armadas iniciariam uma "repressão total" aos guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), os abusos contra os direitos humanos da minoria curda verificam-se diariamente. Nos povoados suspeitos de colaborar com PKK, os soldados batem e humilham publicamente as mulheres, incluindo as grávidas, meninas e anciãs; nas prisões, de acordo com as denúncias, as mulheres são estupradas e muitas "desaparecem".

O crescimento dos conflitos, em todo o planeta, tem forçado milhões de pessoas a fugir, em busca de segurança. Entre 1981 e 1993, o número



Uma mãe embala o filho nascido numa prisão de El Salvador. A detenção conjunta de mães e filhos, visando aterrorizá-los, nunca deve ser realizada.

mundial de refugiados aumentou de 8 para 20 milhões - isso sem contar as milhões de pessoas que se refugiam dentro dos seus próprios países.

Mais de oitenta por cento dos refugiados são mulheres e crianças. Elas ficam especialmente vulneráveis durante a fuga, quando podem ser atacadas por piratas, bandidos, membros de forças de segurança, contrabandistas ou por outros refugiados. Os guardas de fronteira, por vezes, prendem mulheres e meninas durante semanas para explorá-las sexualmente. Os contrabandistas prestam ajuda a essas pessoas em troca de dinheiro ou de sexo. Uma refugiada descreveu assim sua fuga para um país vizinho: "Nós éramos quatro pessoas: minhas duas crianças, nosso guia e eu. Eu estava grávida de cinco meses. Dois homens nos barraram o caminho e perguntaram para onde íamos. Quando explicamos, um deles de chamou para um lado e disse: 'Não há possibilidade de passarem por aqui sem sexo!' Ele fez com que eu me abaixasse, chutou meu estômago e violentou-me na frente dos meus filhos. Mesmo sabendo que eu estava grávida, isso não fez a menor diferença para ele."

A grande maioria das mulheres que foge à procura de segurança, nunca chega ao sonhado asilo no exterior. Segundo as Nações Unidas, há no mundo mais de 100 milhões de pessoas que foram desalojadas pelos conflitos armados; desse total, 80% são mulheres e crianças.

Não-só as forças governamentais empregam a violência contra as mulheres. Em todo o mundo, os grupos armados de oposição têm utilizado táticas brutais contra pes-

Por vezes, as mulheres organizam-se e decidem lutar. Quando elas realmente abraçam uma causa, são encaradas como uma ameaça àqueles que estão no poder; então, podem perder seus empregos ou até mesmo suas vidas.

Na Indonésia, o salário mínimo oficial não permite que os trabalhadores sobrevivam com ele. Assim mesmo, muitas companhias não o respeitam. Em 1993, a direção de uma fábrica de relógios, localizada no leste de Java, decidiu que não iria pagar o mínimo oficial. Os empregados, então, entraram em greve. Uma mulher chamada Marshinah foi uma das escolhidas para negociar com a empresa. Dois dias depois ela foi raptada. Seu corpo foi encontrado por um grupo de crianças dentro de um barraco, à beira de um campo de arroz, a mais de cem quilômetros da sua casa.

Uma investigação meticulosa, realizada por uma organização independente de direitos humanos, concluiu que altos escalões militares estavam envolvidos no assassinato de Marshinah. Entretanto, são remotas as chances de que essas pessoas sejam levadas a julgamento na Indonésia, onde as Forças Armadas têm permissão para matar quase que impunemente.

Eren Keskin é uma advogada e ativista dos direitos humanos na Turquia. Por ter defendido membros do PKK, ela foi repedidas vezes importunada e ameaçada. "Nós estamos medindo seu caixão", lhe falavam ao telefone. Ela foi violentada por um oficial da polícia, detida ilegalmente e submetida a maus-tratos na prisão. Eren Keskin foi conde-



Esta mulher foi obrigada a fugir da sua casa, situada em um município a leste de Thokoza, na África do Sul, em abril de 1994. Mulheres e crianças são a maioria dos refugiados e de pessoas desalojadas em todo o mundo.

soas inocentes. Mulheres são assassinadas, estupradas, torturadas ou tomadas como reféns por tais grupos, que geralmente proclamam estar defendendo direitos que eles mesmos encaram-se de violar.

Na Argélia, os assassinatos de mulheres por grupos islâmicos coincidem com uma violenta repressão governamental e com uma clara deterioração na situação dos direitos humanos. Desde a decretação do estado de emergência, em fevereiro de 1992, presume-se que mais de 30.000 pessoas já tenham sido mortas pelas forças de segurança e por grupos islâmicos armados.

Esses mesmos grupos islâmicos têm pressionado as mulheres a usarem o "véu islâmico". Katia Bengana, uma estudante de dezesseis anos, de Mefta (Blida), foi várias vezes ameaçada de morte, mas continuou recusando-se a vestir o véu. Em fevereiro de 1994, quando voltava da escola juntamente com uma amiga que usava o véu, Katia foi abordada por um pistoleiro que, após ordenar que a outra garota se afastasse, matou-a a tiros.

LUTANDO POR JUSTIÇA

A Dra. Manorami Saravanamuttu foi subitamente lançada dentro de um mundo de mortes, dor e intimidação quando seu filho, Richard de Zoysa, um jornalista, foi seqüestrado e morto em fevereiro de 1990, no Sri Lanka, país onde dezenas de milhares de pessoas já "desapareceram" ou foram assassinadas pelas forças governamentais.

Três meses depois do assassinato, uma carta a aler-

tou: "Lamentamos a morte do seu filho. Qualquer outro passo resultará na sua morte... Apenas o silêncio pode protegê-la. Preste atenção a esse aviso; seu filho recusou-se a ouvi-lo e teve que ser morto..."

Manorami Saravanamuttu recusou-se a silenciar. Ela luta para descobrir a verdade sobre o assassinato do seu filho e para punir os criminosos. Disse que poderia identificar um dos seqüestradores de Richard como sendo um superintendente da polícia em Colombo. A despeito da sua determinação, nenhum inquérito independente sobre o seqüestro e morte do seu filho foi instaurado. A investigação realizada pela polícia não produziu quaisquer resultados.

Num gesto de desafio e ignorando as ameaças que lhe foram feitas, Manorami Saravanamuttu assumiu um posto de liderança na Frente das Mães, um movimento que congrega cerca de 25.000 mães de cingaleses "desaparecidos". "Eles esperam que você se encolha num canto e morra de medo", disse ela em 1991. "Em casa, sozinhas, nós ficamos loucas com a dor. Agora ao menos estamos fazendo algo."

Manorami Saravanamuttu é o símbolo da bravura de muitas mulheres cujos nomes não são tão conhecidos, mas que, por todo mundo, têm a coragem de defender seus princípios, independentemente do preço a pagar.

Em todos os lugares, a pobreza obriga as mulheres a trabalharem em fábricas miseráveis, por salários deploráveis. Elas são vistas como empregados que custam mais barato e são mais dóceis que os homens.

EM DESTAQUE



EM DESTAQUE



MULHERES EM PERIGO

Estupros, outras formas de tortura sexual e maus-tratos fazem parte da realidade vivida por prisioneiras em todo o mundo. Esses métodos são freqüentemente utilizados para extorquir informações ou confissões e para humilhar e intimidar as detentas.

As mulheres também são violentadas, ou sofrem abusos sexuais, como forma de punição de comunidades inteiras. Quando os militares iniciaram uma operação contra a caça ilegal no Parque Nacional de Salonga, no Zaire, em 1992, mais de uma dúzia de escolares com idade entre 13 e 15 anos foram estupradas por soldados. Um pai foi obrigado, sob a mira de revólver, a estuprar sua filha de 18 anos.

Em muitos países, a lei prevê punições extremamente cruéis, desumadas e degradantes para delitos normalmente cometidos por mulheres.

No Sudão, centenas de mulheres têm sido açoitadas por desrespeitarem regras sobre vestuário. Em março de 1991, o governo militar promulgou um novo código penal, que estabelece uma grande variedade de ofensas que devem ser punidas com o açoitamento: vestir roupas que "contrariem a decência pública" é uma infração punida com mais de 40 chibatadas. No Irã, as mulheres também são açoitadas por razões semelhantes.

As mulheres bengalêses estão correndo riscos, principalmente nas áreas cujos conselhos dos povoados são controlados por islamitas. Nessas zonas, todos são obrigados a seguir a interpretação que tais conselhos, conhecidos como *salish*, dão às leis islâmicas. Há já três anos esses conselhos, que não fazem parte do sistema judicial oficial nem possuem qualquer autoridade, punem mulheres com maus-tratos, torturas e execuções.

Um *salish* condenou uma menina de 13 anos de idade, Sapnabar, ao açoitamento público, em maio de 1994. Ela tinha sido estuprada cerca de oito meses antes e estava grávida. O estuprador foi absolvido, porque o crime não foi testemunhado por quatro muçulmanos adultos de boa reputação, como é exigido pela lei islâmica. Sapnabar, ao contrário, não podendo esconder sua gravidez, recebeu uma pena de 101 açoites públicos por ter mantido uma relação sexual. Um grupo de ativistas femininas, o Bangladesh Mahila Parishad, conseguiu abrigar Sapnabar num centro de reabilitação antes que a sentença pudesse ser levada a cabo.

Mulheres são freqüentemente detidas, torturadas, mantidas como reféns e até mesmo mortas por que pessoas das suas relações estão ligadas a grupos de oposição política ou são procuradas pelas autoridades.

María Teresa Akumu, de 18 anos de idade, foi sentenciada a 12 anos de prisão por um tribunal da Guiné Equatorial. Ela foi acusada de atentar contra a segurança do Estado por ter dado proteção ao seu namorado, supostamente envolvido numa operação contra militares.

Após ser detida, María Teresa Akumu passou fome e sofreu torturas. Seu julgamento foi flagrantemente injusto. Ela agora está cumprindo pena, sendo obrigada a realizar trabalhos domésticos, durante o dia, na casa de um membro do governo, retornando à noite à prisão.

Em muitos países, as mulheres também são perseguidas em decorrência da sua opção sexual. As lésbicas correm risco duplo: vulneráveis por serem mulheres e marginalizadas e discriminadas face à sua orientação sexual.



Ayşe Nur Zarakolu, editora e ativista turca dos direitos humanos, é constantemente perseguida pelas autoridades.

LUTANDO PELOS DIREITOS DAS MULHERES

A discriminação é uma doença mortal. Todos os dias morrem mais mulheres e meninas em consequência da discriminação sexual e da violência, do que por qualquer outra forma de abuso contra os direitos humanos. Todos os anos, por causa dessa discriminação, milhões de mulheres são mutiladas, espancadas até a morte, queimadas vivas, privadas dos seus direitos, compradas e vendidas no mercado internacional de comércio de escravas para fins domésticos ou sexuais.

Já há muitos anos, as africanas estão na linha de frente da campanha que visa erradicar a mutilação genital feminina. Cerca de 110 milhões de mulheres correm sérios riscos, inclusive de vida, em função de práticas tradicionais a que são submetidas ainda quando crianças. Tais práticas - mutilações - marcam aproximadamente dois milhões de meninas todos os anos.

As ativistas que lutam contra os abusos elencados na Declaração pela Eliminação da Violência contra a Mulher vêm sendo ameaçadas, aprisionadas, torturadas, "desaparecidas" ou assassinadas. Os responsáveis por essa repressão são, freqüentemente, agentes dos mesmos governos que afirmam apoiar os termos daquela declaração.

Por isso, para que o tratado não se torne letra morta, os governos deveriam ser constrangidos a cumpri-lo.

A Anistia Internacional reconhece a importância do trabalho desenvolvido por indivíduos e grupos contra a violência doméstica, as mutilações genitais, a prostituição forçada e outros atos violentos cometidos por pessoas ou organizações, apesar do mandato da AI não tratar desses abusos.

A Anistia Internacional recomenda aos governos que estão seriamente determinados a dar um basta à discriminação e à violência contra o sexo feminino, a criar e financiar extensos programas de educação para policiais, versando sobre os direitos humanos das mulheres.

A Declaração de Viena e o Programa de Ação - o documento final da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos - afirmou que "Os direitos humanos das mulheres e das meninas fazem parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais." A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas designou, em março de 1994, um Relator Especial para tratar da violência contra a mulher.

Apesar desses fatos, a resolução que determinou a realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos não fez qualquer menção específica à mulher ou aos abusos sexuais por ela sofridos. O que definiu a inclusão dos direitos da mulher na agenda de Viena, foi a ação coletiva promovida pelas mulheres nos meses e anos anteriores. Como disse uma ativista: "A Conferência faz parte de um processo contínuo de aperfeiçoamento dos direitos da mulher. E é exatamente por isso que as mulheres a elegeram como um lugar importante para se apresentarem e serem ouvidas. E aqui estamos nós."

Vozes de mulheres podem ser ouvidas por todo o mundo: clamando por justiça, protestando contra a discriminação, pedindo por seus direitos, lamentando a morte de seus maridos, confortando filhas estupradas. O dever do movimento internacional pelos direitos humanos é fazer com que os governos as ouçam e tomem providências para garantir seus direitos.



NOTICIÁRIO DA SEÇÃO BRASILEIRA

✓ **O DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS** - 10 de dezembro - foi comemorado pela SBAI, em São Paulo, com um evento na Livraria Cultura. Vários membros e colaboradores da seção estiveram presentes no local, como o advogado Ivens Gandra Martins, o empresário Abram Zjasman, a escritora Lígia Fagundes Telles, o professor Roberto Romano, o jornalista José Arbex e o escritor Márcio Souza. Sob uma grande faixa da Anistia, estendida em pleno Conjunto Nacional, na esquina da av. Paulista com a rua Augusta, os voluntários promoveram a venda de materiais da AI e divulgaram o movimento através da distribuição de folhetos.

✓ **A próxima campanha que a SBAI irá abraçar, juntamente com as demais seções, tratará da VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.** O lançamento ocorrerá no dia 8 de março. O Programa de Língua Portuguesa produzirá o relatório, a revista e um prospecto da campanha. Dentro em breve os grupos e membros serão informados acerca da disponibilidade desses documentos.

✓ O Comitê Executivo está mantendo conversações com o diretor-presidente da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, Oded Grajew, com vistas a uma eventual parceria na área da educação. É o trabalho de promoção dos direitos humanos crescendo e se consolidando. Não por outra razão está nascendo um **GRUPO DE ASSESSORIA AO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO**, composto por voluntários e professores de universidades que trabalham no mesmo projeto.

✓ A SBAI está assinando um protocolo de intenções com a prefeitura de Maceió visando a realização de atividades conjuntas na área da **EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**. No mesmo sentido, prosseguem os contatos com a municipalidade de Belo Horizonte. Em breve, iniciará-se o trabalho semelhante na rede escolar municipal de Santos.

✓ **O SECRETÁRIO GERAL** da Anistia Internacional estará no Brasil em fins de março para cumprir uma extensa agenda. Pierre Sané deverá ir a Brasília (29 a 31 de março), Rio de Janeiro (1 a 3 de abril), Recife (4 e 5 de abril), São Paulo (6 a 8 de abril) e Porto Alegre (9 a 11 de abril), cidades onde manterá reuniões de alto nível com o presidente da República, ministros, governadores, secretários de estado, deputados e outras autoridades. O secretário geral da AI também se reunirá com a imprensa, organizações não-governamentais (ONGs) e vítimas e militantes dos direitos humanos. Maiores informações serão divulgadas no próximo número do boletim.

✓ Aproveitando a visita de Pierre Sané ao país, a SBAI impulsionará seu **PROGRAMA DE ARRECADAÇÃO**, que está sendo apoiado pelo movimento internacional. Serão despachados 100.000 prospectos, criados pela agência Colucci, solicitando donativos para a AI. O Comitê Executivo está solicitando a todos os membros e grupos que colaborem com o programa, indicando nomes e endereços de potenciais doadores, a fim de que a seção possa potencializar o impacto dos folheters

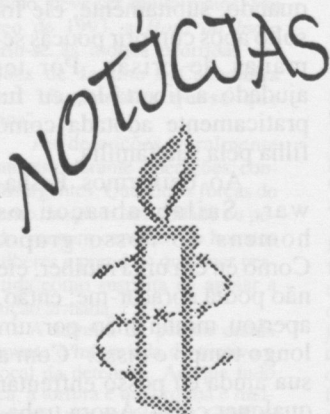


Pierre Sané

✓ Os grupos e membros da seção estão convidados a remeterem informes sobre suas atividades ou acerca de assuntos do interesse da organização, para divulgação nesse novo **NOTICIÁRIO MENSAL**. Cartas, fax, mensagens eletrônicas, todos os canais estão disponíveis para comunicação. Também os congressistas que farão parte da Rede Parlamentar poderão divulgar suas atividades e preocupações relacionadas com os direitos humanos.

✓ **A ASSEMBLÉIA GERAL** da seção brasileira será realizada no dia 28, 29 e 30 de abril, na cidade de São Paulo. A idéia é realizar uma AG diferente, priorizando o debate sobre questões temáticas e sobre o Plano Estratégico Integrado do movimento internacional. Reservem as datas nas suas agendas (lembrem-se que dia 1 de maio, segunda-feira, é feriado!). A SBAI conta com a presença do maior número possível de membros para qualificar as discussões.

✓ Quem possuir computador, telefone e modem pode acessar o Canal Vip, uma BBS paulista que opera um **BANCO DE DADOS / CONFERÊNCIA ELETRÔNICA** sobre a Anistia Internacional. Através da conferência é possível a realização de debates e a troca de informações sobre a AI e os direitos humanos, assim como a integração à rede de Apelos Mundiais da organização. Os computadores do Canal Vip são alimentados pela SBAI através do sistema Coordinator/Internet: os textos são recebidos do Secretariado Internacional via Coordinator, traduzidos e, após, transmitidos para o Canal Vip via Internet. Outras informações podem ser obtidas com Sonia Zaitune, criadora e coordenadora desse projeto, pelo endereço eletrônico **SZAITUNE @ BRA000.CANAL-VIP.O NSP.BR**, ou pelo e-mail do Programa de Língua Portuguesa: **AD-BR-PF @ AM-NESTY.GN.APC.ORG**



Anistia Internacional
Seção Brasileira

Rua Vicente Leporace, 833
Campo Belo
Fone: (011) 542-9819
Fax: (011) 61 59 95
CEP 04619-032
São Paulo (SP)

Gostaria de me integrar ao trabalho da Anistia Internacional

(As opções que se seguem são complementares; assinale uma ou mais opções)

- ☐ Tornando-me um membro ativo
☐ Tornando-me um membro contribuinte
☐ Fazendo uma assinatura deste boletim, ao preço de R\$ 10,00 o semestre (anexo cheque nominal no mesmo valor)

Nome

Endereço

CEP Cidade Estado

Profissão Idade

SUSTOS, ENCONTROS E DESPEDIDAS

Uma investigadora da AI fala sobre sua recente visita ao país

"Era o nosso quarto dia em Carachi e voltávamos de uma rodada intensiva de entrevistas, cansados, suados e ansiosos por um descanso. Quando nosso automóvel trafegava por um subúrbio de Carachi, eu avistei de relance, por uma brecha entre duas pequenas lojas, um grande campo vazio. Definitivamente, alguma coisa estava errada: em Carachi, com 12 milhões de habitantes, não há espaços vazios.

Eu logo percebi o motivo. O campo estava cercado por soldados armados. No centro do campo, três homens à paisana interrogavam um quarto homem. Um dos interrogadores açoitava as costas e as nádegas da vítima com um cacete de madeira, enquanto outro golpeava sua face com uma mangueira de borracha. Acompanhando-os estava um homem uniformizado, que interrogava a vítima aos gritos.

Observando aquilo, nós ficamos paralisados. Depois, avançamos por entre uma silenciosa multidão de expectadores e passamos pelos soldados, esperando que nenhum deles perdesse a calma e puxasse o gatilho. Um oficial virou-se para nós, impaciente, e perguntou: "O que vocês querem?" Eu abri

minha sacola devagar, peguei minha identificação, mostrei-lhe e disse, do modo mais autoritário que pude: "Nós somos da Anistia Internacional. Viemos para averiguar o que está acontecendo aqui."

Eu notei que o nome Anistia Internacional não significava muito para ele, mas defrontar-se com uma estrangeira, que exigia respostas, pareceu confundi-lo. — "Quem é esse homen?", perguntei. — "Ele é um traficante; vai ter que nos mostrar onde escondeu as drogas." — "Pode ser, mas é proibido espancar um suspeito. Você deveria levá-lo a uma delegacia e interrogá-lo lá, apropriadamente, sem usar de violência."

O oficial não soube como responder e se afastou. Começou então o interrogatório de um segundo homem mas, desta vez, os militares limitaram-se a ameaçá-lo com a mangueira de borracha.

Assim que retornamos ao taxi, eu me senti subitamente fraca. Nós não havíamos sido capazes de pará-los, mas ao menos tínhamos visto e registrado tudo num filme. Da próxima vez que funcionários paquistaneses me dissessem que a brutalidade policial e militar era uma invenção da oposição, eu mostraria a eles minha experiência pessoal.

No dia seguinte, devoramos os jornais locais, mas não encontramos nenhuma notícia sobre aquela operação das forças de segurança. Talvez tenha sido mais uma dentre as dezenas realizadas na mesma tarde, tão comuns que sequer mereciam menção.

Ex-Prisioneiros

Chegamos em Hyderabad seis dias depois. A segunda maior cidade da província de Sind é um centro provinciano, onde chegamos todas as novidades vindas do interior.



Investigadora da AI entrevista dois homens presos com grilhetas.

(c) ZDF, Alemanha

Assim que sentamos para almoçar, um homem aproximou-se e perguntou quem éramos. Quando o meu colega disse que representávamos a Anistia Internacional, o rosto dele se iluminou. "Vocês me ajudaram há muitos anos atrás", falou-nos, "quando eu estive preso durante seis anos, durante a lei marcial. Eu recebia muitas cartas da França e da Austrália. O diretor da prisão costumava dizer que eu devia ter muitos amigos no exterior".

"Agora me lembro de você", disse o meu colega já emocionado. "Eu escrevi sobre o seu caso, entrei em contato com sua família." Os dois homens se abraçaram em silêncio. O antigo prisioneiro de consciência também estava dominado pela emoção e não encontrava palavras: "Então, você me defendeu... Eu tinha que conhecer você... Eu estou tão, tão... Não sei como me expressar..."

Na última semana da nossa missão ficamos em Peshawar, onde um cartaz no hotel dizia, "Não são permitidas armas no hotel; os guarda-costas devem deixar suas armas na recepção".

Em 1993, um jornalista, Sailab Masood, foi condenado a 16 anos de prisão num julgamento ridiculamente injusto. A AI estava investigando seu caso quando, subitamente, ele foi solto após cumprir poucas semanas de prisão. Por ter ajudado a libertá-lo, eu fui praticamente adotada como filha pela sua família.

Ao deixarmos Peshawar, Sailab abraçou os homens do nosso grupo. Como eu era uma mulher, ele não podia abraçar-me; então, apertou minha mão por um longo tempo e disse: "Com a sua ajuda eu posso enfrentar qualquer coisa. Agora trabalharei com mais empenho do que nunca."

